

Questões sobre os usos do patrimônio
arquitetônico no ensino de História: um estudo de
caso das igrejas de São Pedro dos clérigos (Recife
- PE) e de Nossa Senhora do Carmo (João Pessoa
- PB)

*Questions about the uses of architectural heritage in history
teaching: a case study of the churches of Saint Peter dos
Clerigos (Recife - PE) and our Lady of Carmo (João Pessoa -
PB)*

Rayssa Eutália Gurjão Coutinho Borges*

Débora Gonçalves Barbosa**

Lucas Thiago Rodarte Alvarenga***

* Graduada no Curso de Licenciatura em História (UEPB). Pós-Graduada em Estudos em História Local - Sociedade, Educação e Cultura na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestre em História Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG). Especialização em andamento em Docência pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG).

** Possui graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialização em andamento em Docência pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). Mestranda pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

*** Possui graduação em Comunicação Social, com ênfase em Publicidade e Propaganda (2005), pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e licenciatura em História pela Universidade Paulista (UNIP), concluída em 2019. Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (2017) e Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Assis/SP, em 2022. Atua como professor visitante em História pelo Instituto Federal de Minas Gerais, campus avançado Arcos/MG.



Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre como a educação patrimonial, em diálogo com os lugares de memória, pode contribuir para o ensino de História. Sendo assim, o propósito é investigar o potencial da Igreja de São Pedro dos Clérigos (Recife - PE) e da Igreja de Nossa Senhora do Carmo (João Pessoa - PB) na construção de uma educação crítica que coloca em evidência os jogos de poder que estão inerentes ao campo do patrimônio. A partir disso, propõe-se expressar a importância da concepção de atividades que utilizam o patrimônio como ferramenta no ensino de História. Para tanto, será analisado como o currículo, em específico a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trata a questão patrimonial no campo de ensino. Nesse viés, esta pesquisa parte da relevância em debater como essas práticas que exploram os bens culturais locais auxiliam na construção de saberes na História.

Palavras-chave: Ensino de História; Patrimônio Arquitetônico; Educação Patrimonial.

Abstract: This article focuses on reflecting on how heritage education, in dialogue with places of memory, can contribute to the teaching of History. Therefore, the purpose is to investigate the potential of the Church of Saint Peter of Clerigos (Recife - PE) and the Church of Our Lady of Carmo (João Pessoa - PB) in the construction of a critical education that highlights the power games that are inherent to the Field of patrimony. From this, the objective is to express the importance of designing activities that use heritage as a tool in teaching History. In this way, it will be analyzed how the curriculum, specifically the National Common Curricular Base (BNCC), treats the patrimonial issue in this teaching field. In this sense, this research starts from the relevance of debating how educational practices, which explore that local cultural assets, have the power to assist in the construction of knowledge in the Field of History teaching.

Keywords: History Teaching; Architectural Patrimony; Heritage Education.

Introdução

O presente artigo é produto de uma pesquisa desempenhada como trabalho de conclusão de curso da pós-graduação em Docência no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). Para a sua escrita foram realizadas a leitura e revisão bibliográfica de diversos autores que dialogam com a temática do patrimônio, o ensino de História e o currículo. Os objetos de estudo da pesquisa foram a Igreja de São Pedro dos Clérigos (PE) e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (PB). O foco é explorar o potencial que esses lugares de memória possuem para o ensino de História.

Este trabalho também visa contribuir para a compreensão de como práticas educativas que envolvem o uso do patrimônio são fundamentais para a valorização da cultura local, regional e brasileira, haja vista que proporcionam o desenvolvimento de pensamentos críticos sobre a importância do patrimônio para a preservação da memória de uma dada sociedade. A proposta é apresentar como os lugares de memória podem colaborar para a construção de um ensino de História que problematize a questão do patrimônio. Tal compreensão torna-se importante uma vez que, por um extenso período, a educação patrimonial foi regida por uma

concepção de educação instrutivista, tratando a área como um instrumento de “alfabetização cultural”, concepção que expõe uma violência simbólica.

Além disso, o patrimônio passou por grandes transformações ao longo do tempo, tendo como resultado o debate em diversas políticas públicas que abrangem o campo educacional. Assim, no decorrer do artigo será analisado como a questão do patrimônio é abordada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, investigando como o currículo é colocado em prática nas iniciativas que associam a educação patrimonial ao ensino de História.

Na disciplina de História, o patrimônio é incluído no currículo como uma temática importante na formação para a cidadania e na construção dos saberes de forma crítica e participativa. Nesse contexto, preservar o patrimônio é basilar para defender o direito à memória, como estratégia de manter viva a diversidade que integra a cultura brasileira. Diante disso, é válido argumentar que a abordagem do patrimônio na História não pode se restringir apenas aos registros oficiais, uma vez que para promover uma educação plural é preciso levar em consideração as especificidades regionais e locais.

Com relação aos objetos de estudo da pesquisa, a Igreja de São Pedro dos Clérigos passou pelo processo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no ano de 1938. Esta edificação está situada no Centro Histórico do Recife, no bairro de São José. A área é conhecida por seus becos estreitos e irregulares que desembocam em pátios e igrejas centenárias. O traçado urbano é herança do modelo urbanístico lusitano adotado nos pós 1654, data que marca a evasão dos holandeses dessa região. A localidade contém um dos mais importantes conjuntos de barroco religioso do nordeste brasileiro.

No que diz respeito à Igreja de Nossa Senhora do Carmo, localizada no Centro Histórico de João Pessoa, esta igreja também é um exemplo de edificações religiosas que utilizaram o estilo barroco como referência. Assim como a Igreja de São Pedro dos Clérigos em Pernambuco, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo foi tombada no ano de 1938, compreendendo o mesmo acervo de pedra e cal remanescentes no Brasil Colônia (1500-1822), compondo uma série de atividades que ocorreram ao longo do governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

O período entre os séculos XVI e XVIII foi marcado pela construção de diversos templos religiosos na vila do Recife e na cidade de Olinda, assim a tradição da monumentalidade definiu a edificação de patrimônios arquitetônicos que remetem a uma herança católica, europeia e colonial. Nesse mesmo contexto, foram edificadas também na Paraíba, com a mesma herança eurocêntrica, uma série de igrejas e conventos.

Nesse sentido, a razão desse estudo parte da importância de apresentar o potencial educativo do patrimônio, visto que esses espaços ainda são pouco utilizados nas aulas de História. À vista disso, este artigo tem a proposta de debater sobre as relações entre o patrimônio e o ensino de História, abordando como os patrimônios arquitetônicos, em especial a Igreja de São Pedro dos Clérigos (PE) e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (PB), podem contribuir para a aprendizagem da História, abrangendo o jogo político que está intrínseco na seleção das memórias a serem preservadas.

O conceito e as análises históricas sobre o patrimônio

A palavra patrimônio, como descreve Dominique Poulot (2009), deriva do latim *patrimonium*, e significa o que se recebe/ se herda de uma família. A expressão foi relacionada, para os romanos, a bens materiais e ao *paterfamilias*. Assim, o conceito de patrimônio foi concebido a partir do contexto jurídico de formação do direito romano, associado à concepção de herança.

Karla Brasilino (2021) aponta que, na Idade Média, o conceito de patrimônio é estendido, ou seja, passa a ganhar uma dimensão coletiva. Isto significa que foi nessa época que passou a ser conectado a questões religiosas, com a valorização de objetos e de relíquias, apontados como patrimônios religiosos. Assim, de um bem individual restrito a uma família, o patrimônio se transformou em um bem do coletivo.

Em *O patrimônio em processo*, a autora Maria Cecília Londres Fonseca (2005) explica que a partir do século XVIII, com a formação dos estados nacionais, foi estabelecida uma busca pela unidade nacional, por meio da língua, da cultura e do território. Nesse contexto, durante a Revolução Francesa, com a depredação de diversos prédios públicos, existiu a necessidade de encontrar mecanismos para proteger monumentos, objetos e edificações, o que produziu uma expansão do conceito de patrimônio.

Diante disso, a valorização da cultura nacional passou a ser expressa por meio da preservação de bens patrimoniais associados à concepção de identidade, território e nação. Contudo, apesar dos debates relativos à preservação de monumentos do passado se intensificarem no período posterior à Revolução Francesa, por muito tempo é notado um esvaziamento do significado do patrimônio, por muitas vezes este ser concebido de uma maneira apenas contemplativa.

No que se refere à função do monumento, Françoise Choay (2006) revela que este possui, sobretudo, o dever memorial. À vista disso, o monumento detém um grande impacto

sobre a memória, sendo um modo de defesa contra a transitoriedade da vida realizada por diversas culturas e tempos históricos. Para a autora, existe uma diferença entre o monumento e o monumento histórico. O primeiro foi criado, a priori, para resguardar a memória de determinado acontecimento histórico, enquanto o outro não carrega a intencionalidade memorialista em sua criação, tornando-se um testemunho de uma época a partir da perspectiva de análise do historiador (CHOAY, 2006).

Ademais, o patrimônio deve ser compreendido como uma construção criada, a depender do contexto cultural, político e ideológico ao qual está inserido. Nessa perspectiva, Isabel Guillen (2014) afirma que a “invenção” patrimonial está incluída em um campo em que memórias são disputadas e que representam os projetos políticos vigentes. Assim, é necessário desnaturalizar as escolhas dos patrimônios por reproduzir um discurso que pretende legitimar a hegemonia dos grupos dominantes.

A historiadora Márcia Chuva (2012) define que a noção de patrimônio cultural é construída de forma histórica e pode-se perceber transformações ao longo do tempo. No Brasil, o início do século XX foi marcado pelo surgimento do movimento modernista, que possui grande influência na criação de um órgão federal dedicado à preservação do patrimônio nacional. É nesse contexto que o modernista brasileiro Mário de Andrade foi incumbido, pelo então Ministro da Educação do governo de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, a elaborar o anteprojeto que tinha a proposta de originar um serviço de defesa ao patrimônio.

Na década de 1930, os agentes institucionais implementaram políticas que, sobretudo, valorizavam uma ideia de nação com enfoque nos heróis nacionais e patrimônios arquitetônicos, também conhecidos como patrimônios de “pedra e cal”. Em termos jurídicos, a noção de patrimônio histórico foi abordada pela primeira vez durante a Era Vargas com a promulgação da Constituição de 1934, que estabelece como competência da União e do Estado a proteção de belezas naturais e monumentos de valor histórico.

Dessa forma, com base no anteprojeto de Mário de Andrade, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que começou a funcionar experimentalmente no ano de 1936, mas somente foi consolidado em 30 de novembro de 1937, com a promulgação da Lei nº 0378/37. Em resumo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi inicialmente elaborado com a nomenclatura de serviço, sendo alterado em 1946 para departamento e finalmente se transformando em Instituto no ano de 1970.

De acordo com Marly Rodrigues (1998), as primeiras tentativas de intervenção do poder público, no sentido de preservar os bens de importância para a história e as artes nacionais

tiveram início em 1934, com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, resultado da ampliação do Museu Histórico Nacional. Logo, era função da Inspetoria produzir um catálogo dos edifícios de valor e interesse artístico e histórico e propor ao Governo Federal torná-los monumentos nacionais por meio de decreto.

No que se refere aos critérios para a avaliação do valor dos bens, Fonseca (2005) afirma que houve uma preocupação de elaborar critérios que determinavam o valor artístico dos bens, contudo o mesmo não pode ser dito em relação ao valor histórico. Na época, prevaleceu uma perspectiva estética na constituição do patrimônio no Brasil, sendo isso problemático por colocar em segundo plano o valor histórico desses patrimônios. O valor artístico ou estético do patrimônio arquitetônico é uma característica intrínseca a esse campo, no entanto a hipervalorização da dimensão estética monumental pode ser um problema quando não acompanhada de um estudo sobre o valor histórico do monumento.

Dessa forma, a Igreja de São Pedro dos Clérigos e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo são estudadas neste artigo para além de seu valor estético. Nesse viés, é importante levar em consideração que os monumentos tombados pelo IPHAN revelam uma hierarquização no processo de preservação do patrimônio, ou seja, a cultura europeia foi priorizada nas políticas de patrimonialização. Logo, analisar o potencial desses patrimônios para o Ensino de História deve ser realizado de maneira crítica, apontando para os problemáticas que esse eurocentrismo suscitou para a História do Brasil.

Estudo de caso; a igreja de São Pedro dos Clérigos (PE) e a igreja de Nossa Senhora do Carmo (PB)

O Pátio e a Igreja de São Pedro dos Clérigos são vistos como um dos conjuntos arquitetônicos que representam a cultura barroca no estado de Pernambuco. Este patrimônio está localizado no Centro Histórico do Recife, no bairro de São José, situando-se em uma área popular e comercial. No que se refere ao Pátio de São Pedro, este surgiu após a construção da igreja que lhe deu o nome. De acordo com o encarte produzido pelo IPHAN (2010), antes de sua edificação, havia na região somente algumas casas próximas às trincheiras holandesas.

Figura 1: Pátio e Igreja de São Pedro dos Clérigos



Fonte: Fotografia de Arthur de Souza - Folha de Pernambuco. Disponível em: <[Histórico Pátio de São Pedro é um importante reduto cultural da capital pernambucana - Folha PE](#)>. Acesso em: 18 dez. 2023.

A partir da imagem acima, é visível que o pátio e a igreja representam uma unidade arquitetônica, dessa forma do pátio pode-se ter uma visão global da igreja. Conforme informações coletadas no site do IPHAN¹, todo o conjunto arquitetônico abrange 63 edificações, além da igreja e o pátio, estando incluídas pequenas casas. Hoje, o pátio de São Pedro é conhecido por ser um espaço cultural que abriga manifestações da tradição pernambucana. Além de ser um dos polos do carnaval do Recife, nele acontecem, durante todo o ano, exposições musicais e danças que representam os festejos juninos e o movimento mangue, dentre outras formas de expressões que simbolizam a cultura negra.

A irmandade dos Clérigos foi fundada em 1700, contudo, foi somente em 1719 que ocorreu a compra do terreno, tendo a construção da igreja iniciado anos depois, em 1728 (IPHAN, 2010). Posteriormente, no ano de 1759, o corpo da igreja foi finalizado, sendo em seguida concluídas as duas torres. Em outras palavras, a igreja foi projetada no início do século XVIII, tendo sua construção se estendido de 1728 até 1782. Após esse período, o prédio sofreu algumas reformas com a finalidade de realizar manutenções do estilo barroco. (IPHAN, 2010).

O arquiteto e pesquisador José Luiz Mota Menezes (1970) destaca que o responsável pela construção da igreja foi o arquiteto Manoel Ferreira Jácome, no ano de 1728. Assim, ao projetar a Igreja de São Pedro dos Clérigos, Jácome prosseguiu com o critério de

¹ IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Publicação: Iphan/Programa Monumenta/Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). **Encarte - Rotas do Patrimônio: Uma viagem através da história.** Edição: 2010. Páginas: 16. Disponível em <[7 rota patrimonio igreja sao pedro recife pe.pdf \(iphan.gov.br\)](#)> Acesso em: 13 de set. de 2023.

monumentalidade que, no Recife, já havia fixado com vigor nas igrejas do Convento do Carmo, da Igreja Madre de Deus e de Nossa Senhora do Ó.

A Igreja de São Pedro dos Clérigos (Figura 1) passou pelo processo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no ano de 1938. O tombamento da igreja não foi um ato isolado ou exceção, pelo contrário, está inscrito em uma série de atividades que ocorreram ao longo do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a partir do acervo de construções de pedra e cal² remanescentes do Brasil Colônia (1500-1822).

Além disso, está documentado³ que os primeiros tombamentos realizados por este órgão federal, em Pernambuco, incluem, de modo predominante, edificações religiosas, principalmente igrejas e conventos, os conhecidos patrimônios de pedra e cal construídos entre os séculos XVI ao XVIII, que apresentam o estilo barroco. Neste sentido, o tombamento dessa Igreja é reflexo de uma afirmação e consolidação do Estado Nacional Moderno no Brasil, por um governo que tinha como projeto nacional resguardar a memória e a herança europeia legado do período colonial (KÖHLER, 2010).

Entretanto, a Igreja de São Pedro dos Clérigos apresentava uma peculiaridade, se comparado aos outros bens tombados em 1938. Ao contrário do que ocorreu com outros monumentos do núcleo antigo do Recife, tanto o Pátio quanto a Igreja de São Pedro dos Clérigos não eram retratados em cartões postais, livros e fotografias até os anos 1930. A justificativa disso se deu pelo fato de tratar-se de um espaço urbano e monumento pouco valorizado e frequentado pela população local, visto que no decorrer do século XIX passou por um período de precária conservação.

Esse problema pode ser explicado pela região sediar diversas fábricas, além de depósitos e armazéns. O pátio era utilizado para depósito de lenha, carvão e outras mercadorias para as padarias que atuavam no Bairro de São José. A fumaça provocada por esses negócios, em especial a moagem de café localizada ao lado da igreja, causou danos irreversíveis ao douramento das talhas da construção (KÖHLER, 2010).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em diálogo com a equipe técnica do Programa Monumenta, produziram várias publicações em encartes intitulados

² A expressão patrimônio de “pedra e cal” surgiu em razão da política patrimonial adotada pelo SPHAN, momento em que era dado um grande valor aos patrimônios materiais, monumentos e conjuntos urbanos, na construção do enredo de uma história nacional de grandes feitos e heróis nacionais.

³ Produção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. R UF MUNICÍPIO Classificação (relacionada à forma de proteção). [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018>. Acesso em: 30 out. 2023.

Rotas do Patrimônio - Uma viagem através da história, que tinham por objetivo apresentar roteiros de lugares históricos para visitação. Um dos trabalhos apresenta uma pesquisa detalhada sobre a Igreja de São Pedro dos Clérigos, discorrendo acerca dos aspectos históricos, arquitetônicos e a situação legal de proteção. Assim, em uma visita à igreja foi possível observar sua estrutura e estado de conservação.

Figura 2- Fachada da Igreja.



Fonte: Concatedral de São Pedro dos Clérigos. Disponível em: <<https://visit.recife.br/o-que-fazer/atracoes/templos/concatedral-de-sao-pedro-dos-clerigos>> . Acesso em: 21 dez. 2023.

Conforme é descrito no encarte produzido pelo IPHAN, na Igreja de São Pedro dos Clérigos há um certo rigor nas medidas da fachada, ou seja, é perceptível que o arquiteto Manoel Ferreira Jácome teve influência da arquitetura clássica. A grande verticalidade e o critério de monumentalidade adotado pelo arquiteto resultaram em uma mistura das formas de edificar europeia com a tradição pernambucana. Com relação a cultura europeia, essa Igreja possui traços estilísticos das expressões artísticas do barroco, maneirismo e o rococó⁴.

Ademais, outra característica dessa igreja é a desproporção entre a altura da construção em relação à largura das torres. Conforme é exposto no encarte produzido pelo IPHAN, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, essa peculiaridade permitia que as torres fossem utilizadas

⁴ Rococó é um estilo artístico que surgiu na França, durante o século XVIII, como desdobramento do barroco. O termo rococó deriva do francês *rocaille*, que em português, significa concha. No Brasil, o rococó foi incorporado na arte sacra pelo colonizador português.

como orientação para as embarcações. A fachada principal contém uma porta barroca trabalhada em pedra, dispendo ao centro o escudo da irmandade, que é simbolizado pelas chaves do apóstolo Pedro. Com relação ao interior, este foi construído de modo simétrico, não possuindo naves laterais, apenas uma única nave, sendo isso um forte traço do maneirismo (Figura 3).

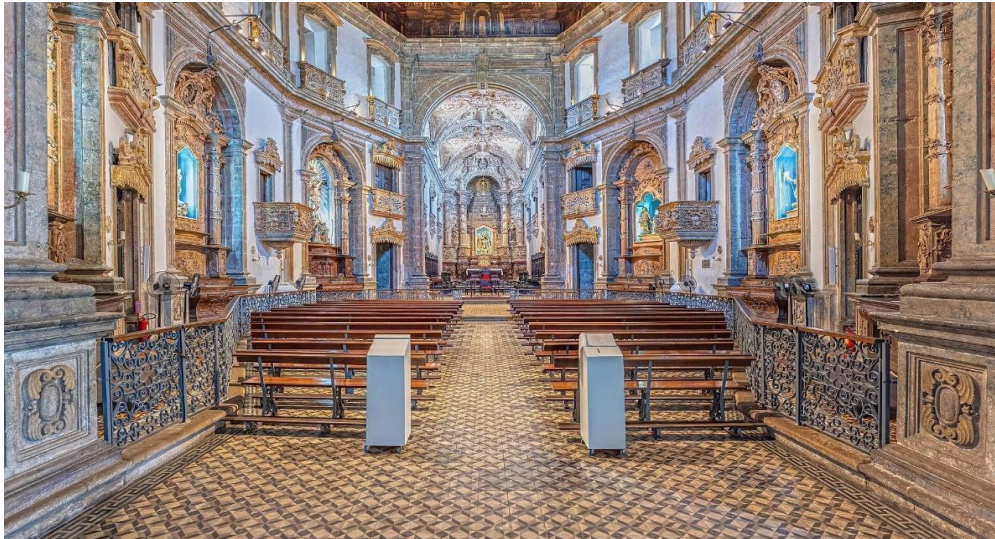
Figura 3: Altar da Igreja de São Pedro



Fonte: Concatedral de São Pedro dos Clérigos. Disponível em: <<https://visit.recife.br/o-que-fazer/atracoes/templos/concatedral-de-sao-pedro-dos-clerigos>> . Acesso em: 21 dez 2023.

No altar-mor, é observado um espaço com a imagem de São Pedro em vestes pontifícias e, ao seu lado, é notada as imagens de Santo Antônio e de São Paulo.

Figura 4: Nave da igreja de São Pedro



Fonte: Acervo de Wilfredo Rafael Rodriguez Hernandez, 2020.

Enquanto isso, é observado nos altares laterais da nave as seguintes imagens: São Vicente Férrer, São Miguel Arcanjo, a Sagrada Família, São João Nepomuceno, Nossa Senhora da Conceição e do Calvário.

Com relação ao Centro Histórico de João Pessoa, conforme apontado por Silva (2016), ele é um conjunto urbano que possui dois núcleos históricos, sendo a cidade baixa ou varadouro e a cidade alta. Espaços que se desenvolveram paralelamente, porém se construíram com funções e conteúdos diferentes. Os dois locais formam o núcleo antigo da atual capital da Paraíba e representam onde por quatro séculos concentrou-se a vida política, econômica e social. Neste local, foram construídas diversas igrejas, dentre as quais a Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo, localizada no Centro Histórico de João Pessoa, na Praça Dom Adauto, compreende um conjunto arquitetônico construído pelos frades carmelitas. Este é formado pela Igreja e o antigo convento, atualmente denominado Palácio Episcopal, sede da Arquidiocese da Paraíba, desde 1905, restando muito pouco do convento.

A construção da Igreja não tem uma data concreta. Embora Guilherme Lins (2006) afirme que o Convento de Nossa Senhora do Carmo tenha começado a ser construído entre 1605 e 1609. Assim, como era comum iniciar conjuntamente as construções de Igrejas e conventos, é possível supor que a primeira edificação da Igreja tenha ocorrido neste período juntamente com a casa conventual, a partir da instalação dos primeiros frades carmelitas na Paraíba.

Segundo Honor (2015), o templo atual não possui nenhuma característica seiscentista, tendo em vista que em 1722, quando da época da construção da Igreja Santa Teresa de Jesus

que se encontra ao lado da Igreja do Carmo, existiram discussões em torno da construção da Igreja de Santa Teresa conjugada a do Carmo, porém a ideia foi descartada, uma vez que a construída estava em estado de arruinamento e possível risco de desabamento. Portanto, após uma paralisação, as obras foram retomadas com independência estrutural entre as duas Igrejas. O templo do Carmo que neste período já estava em estado crítico aguardou mais alguns anos para ser reformado. Frei Manoel de Santa Teresa iniciou a reforma em 1763 e a entregou em 1778.

A reconstrução do Templo consumiu muito dinheiro em pouco tempo “com altares esculpidos na pedra calcária e cobertos de ouro” (HONOR, 2015, p. 15). A Igreja passou ainda por modificações, na qual pintaram o madeiramento do teto com a cor azul, cobrindo a pintura original, provavelmente no início do século XX, período em que ocorreram também algumas modificações no altar. Assim como a Igreja de São Pedro dos Clérigos em Pernambuco, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo foi tombada no ano de 1938, consistindo o mesmo acervo de pedra e cal remanescentes no Brasil Colônia (1500-1822). Este período foi marcado pelas “as primeiras ações em defesa do patrimônio nacional, com destaque para a legislação específica sobre o tema” que foram “introduzidas”, isto ocorrendo inicialmente “no governo de Getúlio Vargas” (QUEZADO; SABINO, 2013, p13). Sendo isso um reconhecimento fundamental para a preservação do patrimônio.

Figura 5: Fachada da Igreja de Nossa Senhora do Carmo (visão lateral)



Fonte: <https://paraibacriativa.com.br/artista/igreja-de-santa-teresa-de-jesus-da-ordem-terceira-do-carmo/> Acesso em: 20 de dez. de 2023.

Figura 6: Interior da Igreja de Nossa Senhora do Carmo



Fonte: <https://infont.com.br/blogs/joao-pessoa-pb-visita-la-em-dez-motivos/> Acesso em: 20 de dez. de 2023.

As figuras 5 e 6 representam, respectivamente, a fachada e o interior da construção. Tal Igreja, “faz parte de um conjunto arquitetônico com características barrocas [...] Sua estrutura é toda em pedra calcária, e isso conforme a construção em estilo pesado, semelhante ao das fortalezas”. (DE OLIVEIRA, 2012, p. 386). Assim, “o monumento mescla em seu ambiente elementos típicos do Rococó, porém preserva o caráter de arte total/teatral do Barroco.” (HONOR, 2015, p. 4-5). Na fachada há cinco portas, sendo que duas delas são falsas, ou seja, construídas com pedra. Ao adentrar a Igreja, há uma nave central e elementos da construção que corroboram com o estilo barroco do período. No ambiente, há nas paredes laterais, no teto e no altar-mor imagens sacras. Estas, são representações que configuram o ambiente religioso. Para além disso, ainda existe próximo aos azulejos um conjunto de madeira que compõe a via sacra, presente em toda circunferência da Igreja. No altar-mor, há a imagem de Jesus. Abaixo dela, existe a figura de Nossa Senhora do Carmo centralizada. Ao lado da Nossa Senhora, estão representados os anjos e as imagens de Santo Elias e de Santo Eliseu. Para além desta parte centralizada do altar, fica perceptível também os altares laterais em que repousam imagens da fé católica.

Figura 7: Pintura central do forro da capela-mor – Igreja de Nossa Senhora do Carmo, João Pessoa — PB.



Fonte: Foto capturada por Honor (2015, p. 3), em dezembro de 2024.

A Figura 7, refere-se ao teto do altar da Igreja, que foi pintado de azul e só recentemente, após uma restauração capitaneada pelo IPHAN e pela diocese, houve a possibilidade de visualizar o teto original. A pintura “é uma exaltação ao culto mariano”. Ela, “demonstra a força que a Reforma Católica teve na cultura católica com a exaltação do culto à virgem, ao mesmo tempo, que reafirma a consagração da Igreja à Maria, mãe de Jesus, invocada no templo como Nossa Senhora do Carmo.” (HONOR, 2015a, p. 13).

Para além desses detalhes, a Igreja chama a atenção por ainda possuir um acervo azulejar que “constitui uma das mais importantes expressões artísticas da Paraíba”, tal acervo “trata-se de dez painéis distribuídos no interior do templo que destacam passagens e personagens fundamentais para a História da Ordem de Nossa Senhora do Carmo” (HONOR, 2015, p.8).

No Brasil, a fabricação deste tipo de azulejo era proibida, mas segundo Honor (2015) os painéis, que datam do século XVIII, foram importados de Portugal para ornamentação dos templos pertencentes aos frades carmelitas. Possuindo motivos de conchas e estilo rococó, a intenção de tais figuras era emergir e persuadir os frequentadores para a cultura religiosa católica.

Figura 8: Azulejo representando Santa Tereza de Jesus



Fonte: (HONOR, p. 27, 2015a)

A Figura 8, é um dos painéis presentes na Igreja. Este possui uma identificação mais subjetiva, com possível contestação. Na cena, “é possível ver diversos indícios que levam à afirmação de que a monja ajoelhada e cabisbaixa é Santa Teresa d’Ávila, ou, se preferir, Santa Teresa de Jesus”. No mesmo espaço também estão presentes “Nossa Senhora do Carmo e o Profeta Elias, ambos em cima das nuvens” (HONOR, 2015a, p. 26).

Há também “na parte superior”, “uma representação do poço do profeta Elias. Trata-se de uma referência comum nos escritos e iconografia carmelitas, pois o primeiro convento no Monte Carmelo teria sido fundado perto do algibe onde o profeta costumava meditar” (HONOR, 2015a, 26). A representação do poço lembrando água que renova. Sendo este painel um dos vários ao longo de toda a Igreja utilizado para persuadir os frequentadores para o catolicismo.

Símbolos da arquitetura do período, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e a Igreja de São Pedro dos Clérigos são monumentos de valor inestimável para a história da Paraíba e de Pernambuco e necessitam não só de preservação, mas também da demonstração de sua importância a partir da educação, mais precisamente dos usos dessas Igrejas no ensino de História.

Assim, a proposta de ações pedagógicas que exploram o potencial do espaço dessas igrejas para a aprendizagem histórica é uma alternativa por proporcionar o conhecimento através da resignificação e reinterpretação do lugar. O patrimônio histórico e cultural está

intrínseco à memória e, conseqüentemente, à narrativa histórica. Por isso, a utilização de lugares de memória é uma possibilidade de recurso didático que promove a imersão por meio da experiência de visita ao local. Dessa forma, os educandos podem desenvolver a habilidade de associar o contexto histórico apresentado nas aulas a espaços que fazem parte da identidade da cidade.

Os usos do patrimônio no Ensino de História

Para falar sobre os usos do patrimônio é importante entender como a cidade e o urbanismo podem favorecer a disciplina de História e a Escola. Inicialmente, é importante compreender que o patrimônio é considerado um campo de disputa afetiva, econômica e política, e que a interação da população lhe concede significado. Diante disso, atividades pedagógicas que fazem uso de lugares de memória são essenciais para intensificar o sentimento de pertencimento desses estudantes, além de incentivar a aprendizagem do conceito de bem público e sua função, promovendo assim a sua preservação.

De acordo com Nilton Pereira e Fernando Seffner (2008), a utilização de patrimônios arquitetônicos e demais artefatos materiais como documentos históricos ocorreu devido a ascensão historiográfica provocada pela Escola dos Annales. Nesse viés, para além da pesquisa acadêmica, a educação patrimonial nas escolas tornou-se fundamental para o desenvolvimento de reflexões críticas, podendo isso ser proporcionado pela disciplina de História.

No final da década de 1980, foi percebido um aumento de pesquisas voltadas ao campo da educação patrimonial. No Brasil, o debate foi iniciado com o Guia Básico de Educação Patrimonial elaborado por Horta, Grunberg e Monteiro (1999), sendo essa a iniciativa responsável pela disseminação de um conceito de educação patrimonial que influenciou diversas práticas educacionais nesse campo. Apesar das críticas, mesmo sendo considerado ultrapassado, o Guia ainda é uma forte referência para ações educativas na área. É provável que isso ocorra devido à escassez de arcabouço teórico que associe educação e patrimônio.

Além disso, Átila Tolentino (2016) pondera que as noções de patrimônio e de educação patrimonial não são estáticas no tempo, pelo contrário. Assim, a metodologia do guia não condiz com o atual entendimento do que é patrimônio. Para o autor, o patrimônio e a educação são indissociáveis e é basilar que suas práticas educativas se apropriem de aspectos sociais, políticos e simbólicos.

Na década de 90, houve uma tímida inserção do patrimônio no campo educacional, sendo isso observado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Contudo, com a

implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi possível perceber uma ampliação da importância da preservação do patrimônio. Isto, associado ao cotidiano e aos patrimônios locais, mas também à preservação da memória e construção de identidades tanto individuais quanto coletivas.

Tratando-se de currículo nacional padronizado, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que visa definir o conjunto de aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas pelos estudantes na educação básica. (BNCC, 2018). A estrutura da BNCC do ensino fundamental é separada entre as áreas do conhecimento, competências específicas de área, os componentes curriculares e as competências específicas de cada componente. A disciplina de História está disposta na área de Ciências Humanas.

Com relação a essa área, a base nacional menciona o exercício de cidadania em suas competências, correlacionando a um aspecto da História Local. Nas habilidades para a disciplina de História no ensino fundamental é citado a compreensão e discussão sobre a questão do patrimônio em nível local e na perspectiva cultural. Além disso, é observado uma preocupação com relação ao entendimento sobre as mudanças e permanências neste campo.

No que tange o aprendizado escolar, a BNCC para o ensino fundamental aborda a necessidade de utilização de diferentes tipos de fontes para auxiliar na compreensão sobre as relações entre tempo, espaço e sociedade. No tocante ao ensino de História, ao analisar a BNCC, constata-se que não há um avanço em suas problematizações, assim existiu-se a perpetuação de uma História linear e eurocêntrica, mesmo que em pequena escala haja a pretensão de abordar temáticas que discutem sobre a diversidade.

Dessa forma, nas competências estabelecidas pela BNCC, existe a referência a aspectos relacionados à preservação do patrimônio cultural. No entanto, o tema é tratado de maneira pouco detalhada no decorrer dos eixos formativos. No documento é destacado a importância de tratar sobre temas contemporâneos, de modo a interligar diversos componentes curriculares. (BNCC, 2018).

Na cidade do Recife, a valorização da cultura foi veiculada na educação com a inserção da disciplina História do Recife no currículo da rede municipal de ensino. Na matriz curricular prioritária da disciplina História do Recife são citados, como eixos temáticos a serem debatidos no 6º e 7º ano do Ensino Fundamental, a questão do patrimônio material e imaterial associado ao cotidiano e os modos de viver no Recife. É observado que nos conteúdos programáticos desse documento curricular ao tratar sobre o aspecto cultural da História Local existe um destaque para o movimento de revalorização das práticas culturais e tradições.

Esta disciplina foi concebida visando atender as orientações da BNCC, sendo um espaço com o propósito de fomentar discussões relacionadas à História Local e valorização da cultura. Nesse aspecto, as relações entre patrimônio e sociedade consistem em um tema essencial para ser explorado nas aulas de História, o vínculo entre Estado e Igreja é um dos pontos associados ao tema do patrimônio nessa matriz curricular. Assim, atividades de visitação a esses espaços fazem sentido para o entendimento da temática.

Além da criação da disciplina História do Recife, a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), que é vinculada a prefeitura da cidade, elaborou projetos de educação patrimonial que fazem parte do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife. Os projetos *Cidade da Gente* e *Bairro da Gente* estão entre uma série de iniciativas que foram implementadas pela prefeitura. Estas ações de educação patrimonial ocorreram em escolas da rede municipal de ensino da cidade do Recife, entre os anos de 2016 a 2019. A proposta era incentivar o sentimento de pertencimento através de debates sobre o patrimônio material e imaterial da região.

O projeto *Cidade da Gente*, realizado em 2016, consistiu em uma formação para professores da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife, sendo essa ação desenvolvida em parceria com a Escola de Formação Professor Paulo Freire da Prefeitura do Recife (EFER). A ideia era tratar os conceitos que envolvem a preservação do patrimônio cultural nas escolas do município, sendo assim essa ação contou com 150 profissionais do ensino.

Com relação ao projeto *O Bairro da Gente*, seu público alvo foram estudantes dos anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º anos) do ensino fundamental. O propósito das ações era proporcionar a autopercepção dos jovens enquanto conhecedores dos lugares de memória da cidade, assim buscou-se compartilhar noções de paisagem e preservação do patrimônio.

O Projeto “Olha! Recife” é mais um exemplo de iniciativa desenvolvida pela Prefeitura do Recife, por meio da Secretaria de Turismo e Lazer, tendo como proposta realizar passeios para conhecer os pontos turísticos e históricos do Centro do Recife. Um dos circuitos oferecidos intitulado “Pátios do Recife” teve no seu itinerário a ida ao Pátio e Igreja de São Pedro dos Clérigos, no ano de 2023. Diante disso, é um cenário possível a execução de projetos educativos que envolvem a visitação de igrejas, a fim de promover o conhecimento acerca do contexto histórico e importância dessas construções para a memória da cidade.

A historiadora Maria Auxiliadora Schmidt (2007) retrata que a valorização do elemento local no âmbito de uma concepção macro proporciona a composição de uma História plural que considera a heterogeneidade da sociedade. Dessa forma, o aspecto local precisa ser pensado de

modo relacional ao contexto nacional, sendo isso um meio para reavivar a memória de diversos grupos sociais. Neste cenário, o ensino de História é um campo que auxilia na manutenção da memória a partir do voltar-se para espaços de vivência cotidiana da cidade, compreendendo, assim, o campo do patrimônio como uma construção carregada por conflitos sociais.

O conceito de memória deve ser tratado com destaque a valorização de uma cultura plural, associado ao estudo da História local e regional. A partir disso, para o desenvolvimento de indivíduos críticos é necessário ter noção da dimensão política que envolve a História, de modo a identificar como a hegemonia da elite se relaciona com a preservação do patrimônio cultural.

Ao considerar a citação de Prats (2005), a questão da patrimonialização em nível local tem um potencial de complexidade maior, já que há um envolvimento dos interessados. Tendo em vista que os poderes locais precisam refletir sobre as sensibilidades da população de forma majoritária, pois quanto maior a legitimação, maior a preservação patrimonial.

O exercício de proteção dos lugares engloba não só a estrutura de seu contexto material, como também a maneira como as pessoas interagem com aquele espaço. Paulo Freire (1993) foi o responsável por desenvolver o conceito de cidade educadora. Sua teoria foi elaborada a partir da ideia de que a cidade é um direito de todos, assim como um espaço de disputas políticas, sendo estabelecido um diálogo com a concepção de escola-cidadã (FREIRE, 1993).

A identidade movimenta o amor à cidade, a seus espaços, a sua cultura e memória. Dessa forma, o patrimônio cultural da cidade possui uma carga simbólica e vínculos subjetivos para àqueles que residem na região. Contudo, percebe-se que dificilmente esses lugares de memória são utilizados como ferramenta para a aprendizagem, pelo contrário estão cada vez mais caindo no esquecimento. Esse problema pode ser contornado com o investimento no uso desses patrimônios, seja por meio do turismo cultural ou do campo educacional.

Por isso, a preservação de sua história e memória é direito da população, assim é essencial que atividades que relacionem o ensino de História e o patrimônio sejam realizadas por um viés problematizador, revelando os conflitos sociais que envolvem o patrimônio, sendo no caso dessa pesquisa escolhidas a Igreja de São Pedro dos Clérigos e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo para desempenhar esse papel.

Esses patrimônios possuem o potencial de serem utilizados como recurso pelo professor para ensinar sobre as relações entre o Estado e a Igreja, além de demonstrar a importância do patrimônio para a memória da população local. Historicamente, a Igreja é uma instituição que esteve constantemente a serviço do Estado e da classe dominante. Todavia, a Igreja não deve

ser encarada apenas como uma instituição religiosa, mas como uma instituição que contempla diferentes vertentes e está inserida em um cenário político e histórico.

Ademais, o conceito de cidade educadora foi consolidado durante a década de 1990, com o Congresso Internacional das Cidades Educadoras, realizado na Espanha. Segundo Gadotti:

A cidade nos pertence e, porque nos pertence, participamos da sua construção e da sua reconstrução permanente. Precisamos conhecer os equipamentos culturais da cidade. Qualquer programa que tenta interconectar os espaços e equipamentos é fundamental, pois desconhecemos a nossa própria cidade ou subutilizamos as suas potencialidades. Precisamos empoderar educacionalmente a todos os seus equipamentos culturais. A cidade é o espaço da cultura e da educação. Existem muitas energias sociais transformadoras que ainda estão adormecidas por falta de um olhar educativo sobre a cidade. (GADOTTI, 2006, p. 139).

À vista disso, a prefeitura da cidade do Recife, em parceria com Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) realizou uma iniciativa que tinha como proposta percorrer o caminho das cidades educadoras, a partir da inserção de placas em lugares de memória existentes na cidade. Este projeto, nomeado “História nas Paredes”, possuía o intuito de lembrar fatos marcantes da história da cidade.

Nesse contexto, percebe-se que a cidade do Recife possui um vasto acervo cultural, que tem um potencial educativo ainda pouco utilizado a favor do ensino da História. De acordo com Brasilino (2021) para que a cidade possa cumprir um papel educativo junto a sociedade, paralelamente a atuação do professor como intelectual transformador, é necessário que exista uma intencionalidade pedagógica, com mediação e intervenção por parte do governo local e/ou por parte de instituições de ensino, como escolas e universidades.

Com relação a cidade de João Pessoa, há algum tempo já se tem trilhado o caminho da educação patrimonial, principalmente a partir da Casa do Patrimônio de João Pessoa que é uma parceria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Paraíba (IPHAN/PB) e a Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa. Esta casa busca, a partir da população geral e dos professores da rede municipal, alertar sobre a preservação do patrimônio, mas também sua importância. Para tanto, desenvolve atividades de capacitação, aulas de campo, especialização, como também materiais didático-pedagógicos para os professores, como cartilhas, jogos e etc:

A Casa do Patrimônio da Paraíba tem contribuído com a formação de profissionais da educação e conhecimento do Patrimônio Cultural da Paraíba. No site do programa é possível ter informações a respeito das atividades já realizadas pela casa bem como, aquelas que estão em fase de desenvolvimento. Até o momento dessa redação, foi contabilizado, onze projetos e ações, seis exposições, quatro volumes da Série

“Caderno Temático de Educação Patrimonial” e alguns documentos de referência ligados a pesquisa e política de preservação. (CARVALHO, 2015, p. 5)

Com relação aos cadernos temáticos⁵, foram produzidos e pensados levando em consideração a transversalidade das diferentes áreas do conhecimento, em uma concepção da Educação Patrimonial com conceitos que são assimilados aos elementos do nosso cotidiano. Um outro projeto também vinculado a casa do patrimônio foi “*O Programa de Educação Patrimonial “João Pessoa, Minha Cidade”*” que contemplava a educação formal, ou seja, a formação continuada dos professores, mas também a educação da comunidade que se desenvolvia nos bairros, para tornar os moradores integrantes e protagonistas da história da cidade.

Além desse trabalho, há também um projeto de extensão nascido no departamento de arquitetura da Universidade Federal da Paraíba, que busca divulgar, de forma acessível, a história da cidade, A partir de um site denominado “Memória João Pessoa”⁶, no qual é possível acessar a história local por meio de jogos, textos, curtas-metragens, fotografias e outros materiais, consistindo em uma ferramenta essencial no ensino de História.

Margarida Dias e Itamar Freitas (2020) ressaltam que os usos do patrimônio revelam posicionamentos políticos na medida em que estão (ou não) balizados pelos critérios aplicados pelas políticas públicas de patrimonialização e pelos saberes e práticas dos arquitetos, restauradores e historiadores da arte.

Assim, esses autores estão alinhados ao pensamento de que o planejamento de atividades que ligam o patrimônio ao ensino de História, via de regra necessitam levar em consideração os seguintes pontos: (1) “ativa ou passivamente” dentro dos interesses e desejos que relacionam patrimônio à continuidade e à herança nacional; (2) em “oposição ativa e autoconsciente” a esses interesses e desejos, relacionando patrimônio à identidade étnica, de gênero, de classe ou identidade comunitária, isoladamente, concomitantemente ou em camadas; (3) ativa ou passivamente como provedores da relação patrimônio/identidade a partir da monumentalidade e/ou a partir da materialidade e/ou idealidade experimentada comum e cotidianamente pelas pessoas. (SMITH, 2006, p. 48-56).

⁵ O caderno temático 01 pode ser acessado nesse link “http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialOrientacoesAOProfessor_ct1_m.pdf” Acesso em 29 de set. de 2023.

⁶ O site pode ser acessado a partir do link a seguir “<http://www.memoriajoapessoa.com.br/>”. Acesso em 29 de set de 2023.

Dessa forma, constata-se que apesar da forma que o patrimônio é citado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é importante entender a sua concepção para além de um bem contemplativo, considerando que ele está inserido em um contexto de seleção que historicamente visava uma reafirmação sociocultural de uma elite branca e europeia. Assim, uma educação patrimonial associada ao ensino de História precisa colocar em evidência as disputas e conflitos que fazem parte do campo patrimonial. Essa perspectiva que problematiza a escolha empreendida na preservação do patrimônio é essencial para o debate nas aulas de História.

Como resultado, essa pesquisa proporcionou a conclusão de que práticas educativas no campo da educação patrimonial são efetivas quando possuem um viés transversal, dialógico e relacional. A educação patrimonial associada ao ensino de História pode se materializar por meio de diversas metodologias, permitindo que os sujeitos reconheçam as especificidades que envolvem o campo a partir de suas experiências e sua relação com o objeto. Dessa forma, essas ações educativas são um meio para mediar a relação dos estudantes com o mundo, assim, por partir da vivência desses indivíduos, a cidade e seu patrimônio possuem o potencial de educar.

Logo, o uso de fontes patrimoniais locais, em específico, o patrimônio artístico-religioso representado pela Igreja de São Pedro dos Clérigos e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, baseado na concepção de Cidade Educadora, consiste em uma forma de aprendizagem na disciplina História. No que se refere a assuntos que fazem alusão a relação Estado e Igreja, essa ideia pode proporcionar meios para a problematização da preferência das políticas públicas a patrimônios de herança europeia, visto que seria uma consequência do domínio colonial que possibilita a manutenção dessa narrativa.

Considerações finais

A partir da compreensão de que a cidade pode se tornar uma importante ferramenta pedagógica para o ensino de História, a proposta deste artigo é atentar para além da igreja e sua estrutura arquitetônica. Mas, também, dialogar com os diferentes estilos de arte que nortearam o período colonial, como o barroco, por exemplo. Estilo que está presente nos patrimônios arquitetônicos da Igreja de São Pedro dos Clérigos, em Recife, e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em João Pessoa.

O conceito de Cidade Educadora é crucial para a elaboração de práticas educativas voltadas para a educação patrimonial, pois além de abordar sobre a memória, os sujeitos são engajados a interagir com o patrimônio e realizar o exercício de refletir sobre a importância

daqueles bens para a sua identidade, ou seja, o indivíduo é convidado a pensar associando suas vivências ao aprender História.

A implementação de iniciativas pedagógicas pelas prefeituras do Recife e de João Pessoa, supracitadas no artigo, mostrou o atual desenvolvimento de práticas no âmbito da educação patrimonial. Logo, com o intuito de apresentar como os patrimônios arquitetônicos religiosos são uma possibilidade para a aprendizagem histórica. Assim, compreende-se que um dos pontos que integram a narrativa histórica é o patrimônio, seus significados e usos pela população local.

Por meio dessa pesquisa foi constatado que a questão patrimonial é abordada sem grandes aprofundamentos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Diante disso, torna-se um desafio para os professores planejar atividades mais elaboradas que envolva a relação entre patrimônio e sociedade. Além disso, existe a predominância de iniciativas de educação patrimonial que se limitam à contemplação do patrimônio, não explorando o potencial transformador que pode contribuir para desenvolver o conhecimento histórico permitindo a intensificação dos laços de afetividade com a memória intrínseca ao bem, contribuindo, assim, para a sua preservação. Portanto, a problematização do processo de seleção desses patrimônios é basilar em práticas que envolvem a educação patrimonial e o ensino de História.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 31 de out. de 2023.

BRASILINO, Karla Viviane Moreira. **O Recife como espaço educativo e a educação patrimonial**: uma proposta de ensino sobre a Revolução Pernambucana de 1817. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ensino de História (PROFHistória), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

CARVALHO, Andrea Simone Silva Ferreira. A casa do patrimônio da paraíba: experiências e práticas educativas em patrimônio cultural. *In: Caravanas 25 anos da Anpuh Pernambuco diálogos entre a pesquisa e o ensino*. Recife-PE, 2015.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo, UNESP. 2001.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.

DE OLIVEIRA, Almir Félix Batista. O que se preservou em João Pessoa ou de quando a arte e a arquitetura definem o patrimônio cultural de uma cidade. **Cordis**: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, n. 8, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. 2a edição. Editora UFRJ/IPHAN, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec**. v. 1. n. 1, p. 133 – 139, 2006.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio e História: reflexões sobre o papel do Historiador. **Diálogos (Maringá. Online)**, v. 18, n.2, p. 637-660, mai.-ago./2014.

HONOR, André Cabral. Debaixo da tinta azul: a (re)descoberta da pintura barroca do forro do altar-mor da Igreja de Nossa Senhora do Carmo da antiga Cidade da Paraíba. *In: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Anais [...]. Florianópolis, SC, 2015.

HONOR, André Cabral. **Catálogo de azulejaria de Nossa Senhora do Carmo**: João Pessoa-Paraíba. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015a.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Publicação: Iphan/Programa Monumenta/Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Encarte - Rotas do Patrimônio: Uma viagem através da história. Edição: 2010. Páginas: 16. Disponível em <[7 rota patrimonio igreja sao pedro recife pe.pdf \(iphan.gov.br\)](#)> Acessado em: 13 de set. de 2023.

KÖHLER, André Fontan. Patrimônio, Memória e Turismo: Evolução e Entrelaçamento de Políticas Públicas no Pátio de São Pedro (Recife, PE). *In: VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-graduação em Turismo*. Anais [...]. São Paulo, 2010.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira D’Avila. **Uma apreciação crítica do período colonial na “História da Paraíba lutas e resistências”**. João Pessoa: Felipéia, 2006.

MAIA, Doralice Satyro. **Tempos lentos na cidade**: permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa-PB. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2000.

MENEZES, José Luiz Mota. Igreja de São Pedro dos Clérigos Recife. **Revista Universita - UF. - BAHIA.**, p. 0-0, 1970.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias; FREITAS, Itamar. Patrimônio e Ensino de História: cinco decisões do professor. **Revista Escritas do Tempo** – v. 2, n. 5, jul. - out/2020, p. 175-197.

OLIVEIRA, Patrícia Ataíde Solon de. **Entre invenção e memória**: arquitetos modernos e patrimônio histórico no Recife (1946-1979). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. 2017.

PEREIRA, Nilton; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes em sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dezembro 2008.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de antropología social**, n. 21, p. 17-35, 2005.

POULOT, Dominique. **Uma História do Patrimônio no Ocidente**. Séculos XVIII -XXI. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

QUEZADO, João Luiz; SABINO, Pedro Augusto. O que é Patrimônio Cultural. *In*: GURJÃO, Eliete Queiroz (Org). **Antes que se apague**: memória, patrimônio e identidade da Paraíba. Recife, Gráfica Innova e Editora, 2013. p. 9-16.

RODRIGUES, Marly. **Patrimônio, ideia que nem sempre é prática**. Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal. A Construção da cidade de Brasília. Brasília, 1998, p. 88.

ROSSI, C. M. S. (2017). Educação Patrimonial e História da Educação: contribuições para a formação de professores. **Horizontes**, 35(1), 113–120.

SILVA, Regina Celly Nogueira da. **A revitalização do centro histórico de João Pessoa**: uma estratégia para a reprodução do capital. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. *In*: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza [Org.]. **Ensino de História**: Sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.p.187-198.

SMITH, Laurajane. **The uses of heritage**. London: Routledge, 2006.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *In*: TOLENTINO, Á.; BRAGA, E. (org.). **Educação patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. Caderno Temático 5. João Pessoa: Iphan-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. p. 38-48.

VASCONCELOS, P. B.; MACIEL, C. A. A.; LACERDA, N. “Pelos frestas e becos do patrimônio”: O lugar do (in)visível no Centro Histórico protegido do Recife. **Revista de Geografia** (Recife), v. 35, n. 1 (especial), 2018.

Submetido em: 02 de março de 2024

Aceito em: 12 de abril de 2024